



Magalhães: entre votar contra ou a favor, preferiu apoiar a emenda

Voto no DF

Relator dá parecer favorável à emenda

A primeira indicação de que alguns parlamentares do PDS poderão ter uma postura dissidente, votando favoravelmente à aprovação da Emenda Fruet, foi dada ontem: na Comissão Mista do Congresso, que apreciou a matéria, o senador Jutahy Magalhães (PDS-BA), relator da matéria, deu parecer favorável.

Entretanto, o principal obstáculo à aprovação da proposta, que restabelece a representação política para o Distrito Federal e a autonomia municipal de capitais, estâncias hidrominerais e áreas de segurança nacional, continua sendo a falta de quórum. Ontem, existiam 34 senadores na Casa, porém menos de 10 compareceram ao plenário. Dentre mais de 200 parlamentares, menos de 20 foram à reunião, determinando que não se realizasse a primeira votação.

A proximidade das convenções partidárias é o principal motivo que leva os parlamentares a se afastarem de Brasília e dos assuntos mais específicos, que não estão no centro da questão eleitoral do ano político. Por outro lado, o PMDB vem desenvolvendo um esforço de mobilização para o dia 26, quando a emenda será levada à votação às 11 horas. Caso nesse dia a proposta seja derrotada ou não conte com quórum suficiente para votação, só poderá ser reapresentada na próxima legislatura. Dentro do esforço que o PMDB desenvolve, todos os parlamentares oposicionistas estão sendo convocados para a sessão, além do trabalho de sensibilização de alguns parlamentares governistas, simpáticos à idéia.

PARECER

O senador Jutahy Magalhães fez questão de ressaltar que o seu voto não reflete uma consulta prévia ao partido, e sim «uma posição pessoal, que entende o direito dos eleitores do DF de terem sua representação política». Ele alegou que a sua visão pessoal da representação difere um pouco da que foi apresentada por Fruet, mas como não tinha mais tempo hábil e condições de

apresentar um substitutivo, teve que optar: «Entre votar contra ou a favor, preferi apoiar a emenda de Fruet, embora não seja exatamente a solução que vejo para o caso».

Em seu parecer, elaborado oralmente e depois redigido, o senador baiano afirmou que a emenda «não apresenta eiva de inconstitucionalidade, atende à técnica legislativa e se reveste de indubitável jurisdição». Além desse aspecto, destacou que há mérito na proposta, que busca restaurar a democracia representativa no país, exatamente no momento em que se persegue a plenitude democrática.

Infelizmente, para os brasilienses, este não é o pensamento da maioria dos parlamentares do partido do Governo.

PRETENSÃO

O deputado Erasmo Dias (PDS-SP), que se comprometeu publicamente em restaurar a autonomia municipal de Santos, sua terra natal, era uma das peranças de dissidências no PDS, para garantir a aprovação da emenda, que vem de encontro a seus interesses. Entretanto, ele afirmou que a emenda é pretensiosa, por «arvorar-se em solucionar questões afetas ao Executivo», como é o caso das áreas de segurança nacional. Ele votará, segundo afirmou, seguindo a orientação de seu partido.

Entretanto, o deputado Maurício Fruet já contava ontem com o compromisso de 10, e não mais nove, parlamentares governistas. A proximidade das eleições e a dispersão da vida parlamentar para temas mais afins, poderá também contribuir para o surgimento de uma surpresa ao final da votação. Parlamentares como Edson Lobão, Nilson Gibson e Isaac Newton, que na votação de emendas apresentadas em passado recente, como a do deputado Alceu Collares, tiveram posicionamento favorável, poderão arrastar outros colegas da bancada governista, complementando os 13 deputados do PDS de que a oposição precisa para atingir a maioria absoluta.